

Draft

Introducao

A CNUCED iniciou ja os trabalhos com vista a preparacao da II Conferencia das Nacoes Unidas sobre os Países Menos Avancados (PMA) que, segundo a Resolucao 42/177 da Assembleia Geral devera ter lugar em Setembro de 1990 ao mais alto nivel, seguida duma reuniao de peritos dos países doadores, instituicoes multi e bilaterais de cariz financeiro e tecnico e de representantes dos PMA's no inicio de 1989 e duma Sessao inter-governamental, enquanto comite preparatorio dessa Conferencia, em 1990.

O objectivo deste relatorio é o de informar, de forma sintetica, a reuniao dos peritos os progressos socio-economicos registados por Cabo Verde na decada de 80, apresentar os dominios onde importa intensificar os esforcos e medidas internas e externas indispensaveis ao aceleramento do desenvolvimento nos anos 90.

Apos a Independencia, 5 de Julho de 1975, tornava-se necessario lutar em varias frentes em condicoes materiais e economicas dificeis. Frente a pesadas herancas do passado recente e limitacoes de natureza profundamente estrutural inerentes a um Pais jovem, pequeno, insular e sem recursos para atravessar as primeiras etapas do seu desenvolvimento, Cabo Verde teve que fazer apelo a Comunidade Internacional que se prontificou em prestar uma ajuda importante.

Impunha-se criar as capacidades tecnicas e socio-economicas indispensaveis a absorcao e gestao dessa ajuda sem as quais as transferencias do exterior nao seriam eficazes e enquadradas nos grandes objectivos nacionais.

O Governo desde cedo compreendeu que a ajuda externa em si era indispensavel, mas nao suficiente para apoiar o alcance dos objectivos de desenvolvimento. Era necessario que essa ajuda se juntasse ao esforco nacional constante, isto que é ela respeitasse modalidades concretas: a sua previsibilidade, continuidade e garantia eram e continuam a ser os requisitos basicos da sua integracao aos recursos internos, de conservacao dum conjunto coerente de premissas que favorecam a boa execucao dos programas, modalidades essas que foram apoiadas pelos participantes da Conferencia de Paris em 1981 e retomadas no Novo Programa Substancial de Accao.

Seguindo as recomendacoes das Nacoes Unidas, Cabo Verde nao deixou de dialogar com os seus Parceiros de

Desenvolvimento, apresentando e discutindo com eles os seus objectivos, estrategias, politicas e programas de desenvolvimento reunidos numa visao de conjunto de que os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) de 1982/85 e 1986/90 foram portadores.

A esse proposito duas reunioes internacionais tiveram lugar ate esta data: a I e II Mesa Redonda realizadas em 1982 e 1986, respectivamente, onde a II nao so constituiu o momento de discussao das novas metas, mas tambem de apresentacao dos resultados alcancados e de apreciacao da justeza das opcoes do Pais aos seus Parceiros, em que estes se regozijaram com os sucessos alcancados.

Sao os resultados do I PND, mais os parciais do II (que ainda se encontra em execucao) que se propoe passar em revista neste relatorio.

1. A EVOLUCAO SOCIO-ECONOMICA NOS ANOS 80

Antes de apontar as evolucoes ocorridas na decada de 80, importa relembrar certas caracteristicas fundamentais da estrutura da economia de Cabo Verde nos finais dos anos 70.

1.1. CARACTERISTICAS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA NO INICIO DA DECADA DE 80

Entre 1976 e 1980, verifica-se na economia caboverdiana algumas modificacoes importantes mas nao fundamentais:

- i) um crescimento dos recursos disponiveis (exceptuando os emprestimos) a um ritmo medio de 11%:
 - as transferencias do exterior publicas (ajudas e emprestimos) e privadas aumentaram em media de 7% por ano em media, em termos reais;
 - a taxa de crescimento do PIB foi da ordem de 14% por ano, em media.
- ii) as utilizacoes crescem mais rapidamente que os recursos - 16% medio por ano. Observou-se:
 - uma duplicacao dos investimentos, que passaram de

13% das utilizações em 1976 para 26% em 1980;

- um crescimento considerável do Consumo Final (+50% entre 1976 e 1980) a um ritmo de 11% ao ano.

No conjunto, esses movimentos não modificam as bases do funcionamento da economia: embora o peso dos serviços decrescesse ligeiramente, estes continuam preponderantes atingindo 50% da produção interna. A quase totalidade da produção continua dependente das transferências do exterior.

Esse quadro de partida, e a expressão das grandes fraquezas estruturais do tecido produtivo, que no limiar dos anos 70 caracterizavam-se por:

- uma fraca proporção da Produção Interna em relação a Despesa Total da economia: em 1980 essa relação era da ordem dos 48%;
- um nível da Produção Interna equivalente ao do Consumo;
- um elevado nível de Defice de Recursos: da ordem de 52% do PIB;
- uma estrutura da Produção reflectindo a quase--inexistência de recursos naturais, a persistência de condições climáticas desfavoráveis a actividade agrícola, um sector industrial muito embrionário e um elevado peso das actividades terciárias - sobretudo o comércio e os serviços públicos;
- um grande desequilíbrio a nível do comércio externo: a taxa de cobertura das importações pelas exportações situava-se abaixo de 8% . Gracias as transferências correntes do exterior a Balança de Pagamentos registava um saldo favorecendo o crescimento das reservas externas líquidas.

As condições atrás descritas veem-se agravadas pela existência duma fraca rede de infraestruturas de ligação do espaço económico descontínuo, o que torna mais difícil a integração económica do País e agrava a pequenez do mercado, conduzindo a uma insuficiente capacidade de geração de empregos produtivos e à persistência duma elevada taxa de desemprego. A sub-utilização da força de trabalho é da ordem de 45%, sendo 20% sub-empregada e 25% desempregada, enquanto que mais de 80% do desemprego manifesta-se ao nível de jovens a procura do primeiro emprego e somente metade da população activa dispõe de emprego permanente.

É face a este quadro objectivo de pesados constrangimentos e obstaculos ao desenvolvimento que surge o I PND (1982/85) formulando uma estrategia com base numa perspectiva de viabilizacao a longo prazo da economia e colocando acento tonico na edificacao de infraestruturas basicas (estradas, portos, aeroportos, escolas, armazens de stockagem de produtos basicos, infraestruturas de saude, etc), abrangendo as desenvolvimento rural enquanto factor de inversao da tendencia secular de desertificacao ecologica e humana.

O II PND (1986/90) continua o rumo definido pelo I, mas o Governo ao se aperceber do abrandamento do crescimento economico e do risco de surgimento de tensoes a nivel dos grandes equilibrios macro-economicos e financeiros define metas mais exigentes e as politicas e medidas institucionais de acompanhamento sao melhor explicitadas. Dentre as orientacoes globais é definida uma politica de populacao, de emigracao e de recursos humanos, de melhoria de gestao e de aumento dos recursos globais, de ordenamento do territorio, de alocao dos investimentos, tendo como suporte tres grandes reformas - a reforma administrativa, a do sistema de ensino e a agraria.

O principal instrumento de materializacao das opcoes nacionais é o Programa Publico de Investimentos cujos recursos tem a sua origem em cerca de 90% na solidariedade da Comunidade Internacional.

1.2. O CRESCIMENTO ECONOMICO NOS ANOS 80

1.2.1. CRESCIMENTO GLOBAL

O crescimento que a economia regista nos anos 80 é o reflexo do cumprimento do I e II PND, que sempre evidenciaram o risco e tendencias de surgimento de tensoes seja no campo economico, financeiro ou do emprego inerentes a uma economia de fragil base material e adoptaram medidas de correccao.

Entre 1980 e 1986 a economia revela um crescimento de 6% ao ano, passando por periodos de quase estagnacao. As necessidades do seu apetrechamento em infraestruturas basicas tiveram como reflexo um crescimento da Formacao Bruta de Capital ao ritmo de 8% ao ano, enquanto que o Consumo Final cresceu em 5% por ano em media, colocando a Despesa Nacional numa proporcao de mais de 140% do PIB e de mais de 80% dos Recursos Globais.

Esses resultados, embora importantes, foram insuficientes para aliviar os constrangimentos de ordem estrutural apontados: um elevado nível de Defice de Recursos, uma estrutura da Produção reflectindo a fraca proporção das actividades produtivas e um elevado peso das actividades terciárias, um grande desequilíbrio a nível do comércio externo e um saldo positivo da Balança de Pagamentos apoiado fortemente pelas transferências correntes do exterior.

1.2.2. CRESCIMENTO SECTORIAL

Ao nível sectorial, as mudanças operadas confirmam as tendências do passado ao reforçar o peso de actividades terciárias: o aumento da valor acrescentado nacional de 6% ao ano resulta mais do peso e crescimento do sector terciário (8% por ano) do que do primário e secundário conjuntamente (0,5% e 7%, respectivamente). Por outro lado, em termos relativos o sector primário diminuiu, passando de 20,5 para 14,5%, enquanto que o secundário mantém-se constante em cerca de 19% .

PIB a preços constantes 1980 (Milhões ECV)

	1980	%	1984	%	1986	%	(x)
PIB c.f.	5279	100,0	6548	100,0	7654	100,0	6,4%
Sector Primario	1081	20,5	810	12,4	1113	14,5	0,5
Sector Secundar.	992	18,8	1248	19,1	1460	19,1	6,7
Sector Terciar.	3206	60,7	4490	68,6	5081	66,4	8,0

(x) Crescimento medio anual 1986/80

1.2.3. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Para além da educação e da saúde, o Governo considera outras componentes fundamentais ao se debruçar sobre a valorização dos recursos humanos, tendo em conta a satisfação das necessidades básicas da população. São elas a questão demográfica, a emigração e a formação.